

ENTRE O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA BLINDADA

Reflexões sobre o contexto brasileiro atual

Between neoliberalism and armored democracy: reflections on the current brazilian context

BARRINHA, José Edson da Silva | jose.barrinha@ifma.edu.br

Resumo

A democracia blindada é uma temática que tem ganhado relevância nos debates políticos contemporâneos. Esse fenômeno emerge como uma resposta aos desafios e ameaças enfrentados pelos sistemas democráticos ao redor do mundo. No Brasil não tem sido diferente, verifica-se a combinação de políticas neoliberais com os ataques às conquistas sociais. Neste artigo exploraremos o significado e os princípios da democracia blindada, as adversidades impostas pelo avanço neoliberal e o funcionamento das instituições democráticas. Além disso, apontaremos ações governamentais e da sociedade civil brasileira no enfrentamento da blindagem à democracia e à proliferação de *Fake News*. Desse modo foram traçados como objetivo geral: Analisar os desafios enfrentados pela democracia contemporânea, notadamente no Brasil, como resultado do avanço das políticas neoliberais. E como objetivos específicos: Compreender a essência e os princípios fundamentais da democracia blindada; Investigar as ameaças e os obstáculos que os sistemas democráticos enfrentam no cenário político atual; Examinar de que maneira as políticas neoliberais podem impactar as estruturas democráticas no contexto brasileiro; Analisar o impacto das *fake news* sobre a estabilidade das instituições democráticas no Brasil, bem como as estratégias para mitigar sua disseminação.

Palavras-chave: Democracia. Democracia Blindada. Desinformação. Neoliberalismo.

Abstract

The "Armored democracy" is a theme that has gained relevance in contemporary political debates, emerging as a response to the challenges and threats faced by democratic systems worldwide. In Brazil, this phenomenon is marked by the combination of neoliberal policies and attacks on social achievements. This article explores the meaning and principles of armored democracy, the adversities imposed by neoliberal advances, and the functioning of democratic institutions. Additionally, it highlights the actions of both the government and Brazilian society in confronting the armoring of democracy and the proliferation of fake news. The main objective is to analyze the challenges faced by contemporary democracy, especially in Brazil, as a result of the advance of neoliberal policies. The specific objectives include understanding the essence and fundamental principles of "Armored democracy"; investigating the threats and obstacles faced by democratic systems in the current political scenario; analyzing how neoliberal policies can impact democratic structures in the Brazilian context and the impact of fake news on the stability of democratic institutions in Brazil, as well as strategies to mitigate its dissemination.

Keywords: Democracy, Armored Democracy, Disinformation, Neoliberalism.

Introdução

Este artigo é o resultado das leituras de textos e dos debates realizados durante as aulas da disciplina “A Questão Social e a Realidade Brasileira”, no período 2023.1 do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI (PPGPP/UFPI). A discussão terá como mote o enfrentamento do avanço das políticas neoliberais no país que tem contribuído para fragilizar os direitos sociais conquistados, precarizando as condições de vida do povo brasileiro, notadamente os mais vulneráveis. Por isso, tentar esmiunçar essa questão contribuirá para que a sociedade civil brasileira possa de modo organizado buscar maneiras de combater os ataques às conquistas sociais. A partir do problema principal e, buscando contemplar os objetivos propostos, surgiu uma questão central: Como as políticas neoliberais estão contribuindo para o aumento das desigualdades sociais e econômicas, afetando a capacidade da democracia em representar e atender às necessidades de toda a população? Respondê-la permitirá uma melhor compreensão do objeto de estudo. Além disso propor mecanismos de confiança dos cidadãos no sistema político brasileiro, passa por esse enfrentamento, porque o que se assistiu nos últimos 20 anos foi o crescimento da descrença da população nos seus representantes políticos. Não precisa fazer muito esforço para verificar isso.

O último quadriênio da política nacional brasileira foi marcado por fortes ataques, por exemplo, ao sistema eleitoral, aos direitos trabalhistas, às leis ambientais, aos programas sociais e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Esses ataques tiveram no próprio presidente da república, sua maior liderança. Ora, pensou-se. Se o próprio presidente diz isso! O resultado foi uma crescente polarização entre os progressistas apelidados de esquerdistas, comunistas e os reacionários, por vezes chamados de direitistas. Diante dessa polarização, as forças econômicas neoliberais se aproveitavam para aprovarem seus pacotes antidemocráticos e espoliadores de conquistas sociais.

Os ataques à liberdade de imprensa foi outro ponto verificado, facilitando o avanço do neoliberalismo e afetando a capacidade dos meios de comunicação de atuarem como defensor do povo, muito embora não seja surpresa que alguns veículos de comunicação estejam a serviço dos capitalistas neoliberais. Será esmiunçado também, como a proliferação de *fake news* tem contribuído para o extremismo político e o enfraquecimento da confiança pública nas instituições democráticas.

Portanto quando se falar em democracia blindada é sempre necessário que se procure relacioná-la ao capitalismo cada vez mais globalizado e as estratégias que este sistema articulado utiliza para mitigar as conquistas populares, sob o pretexto de cumprir com políticas de responsabilidade fiscal. Educação e saúde na maioria das vezes são os principais alvos dos cortes financeiros e da austeridade imposta pelos chamados ajustes fiscais.

As raízes da democracia blindada brasileira

Para esta abordagem vamos estabelecer o ano 1980 como ponto de partida para essa blindagem na democracia. Porque, a partir desse período a concepção de direito social não é mais elemento definidor da democracia representativa. Sua égide está nas democracias ocidentais liberais do pós-Segunda Guerra Mundial. Mas já na década anterior eram criados os mecanismos de ataques ao que se costumou chamar de Estado assistencialista/paternalista ou Estado de Bem Estar Social.

No Brasil o próprio regime militar (1964-1985) foi decisivo em propor uma transição rumo à democracia.

A cúpula dirigente da ditadura militar começou a debater a questão de uma transição controlada a uma democracia de cunho restrito ainda sob o atroz governo do general Médici (1969-1974), quando Huntington iniciou uma série de visitas ao país com o fito de discutir com os mandatários nacionais a necessidade de uma “descompressão” política no país (DEMIER, 2016, p. 55).

Nota-se que as bases para as contrarreformas já nascem no início da década de 1970. As ações contra a ditadura impostas se mostravam fragilizadas, uma vez que o próprio regime militar golpista de 1964 ditava os rumos políticos que o país iria tomar. A ideia era ter um executivo montado por partidos políticos conservadores e alinhado com a elite empresarial, tutelado pelos militares.

Durante o governo Geisel (1974-1979) e, principalmente, dos primeiros anos da gestão de seu sucessor, João Batista Figueiredo (1979-1985), a liberalização política do regime ditatorial ficou mais evidente. Em 1978-1979, com a revogação dos atos institucionais, a anistia e a extinção do bipartidarismo, foi permitida maior mobilidade para que as classes e frações de classe se reorganizassem na cena política (DEMIER, 2016, p. 56).

Portanto, a chamada redemocratização do país, passou pelos interesses e pela tutela do comando militar ainda no poder. Mas, paralelamente a essa iniciativa dos militares, o movimento social ganhou força. Foi nesse contexto que o movimento sindical se reorganizou. Surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), em 1984. Era o surgimento de um novo sindicalismo.

A Constituição Federal de 1988, resultante da pressão política popular, pois fim às pretensões e aos interesses militares. Para Maciel (2008):

A transição política permitiu que as demandas antiautocráticas das classes subalternas fossem parcialmente atendidas, com o fim do cesarismo militar, a abolição do modelo ditatorial da estrutura sindical, a criação da liberdade partidária, o fortalecimento da esfera da representação política, a criação de novos direitos sociais e trabalhistas e a própria consolidação dos

mecanismos democrático-representativos baseados no sufrágio universal e no maior equilíbrio entre poderes (MACIEL (2008, p. 345-346) *apud* DEMIER (2016, p. 58).

Mas é importante salientar que a estrutura montada e as conquistas trazidas pela Constituição Cidadã de 1988, não foram suficientes para evitar a manutenção da concentração de renda, a dependência econômico-financeira externa e a implantação das políticas neoliberais.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, reeleito em 1998 possibilitou a continuidade da internacionalização da economia, visto que ao impor um severo controle da inflação, juntamente com a criação do Plano Real prepara o país par os capitalistas do Consenso de Washington. FHC ganhou apoio popular, mas seu maior reconhecimento foi por parte do hegemônico capital multinacional. As constantes derrotas do movimento sindical e a inserção de ajustes neoliberais reforçaram em seu governo a consolidação de uma estrutura de Estado pautada no neoliberalismo.

A mudança na postura do movimento sindical e do principal partido popular do país, o Partido dos Trabalhadores, de certo modo aderindo à política contrarreformista vigente tornaram a condição dos subalternos da sociedade ainda mais difícil. O amplo processo de privatizações durante o governo FHC proporcionou uma maior presença do capital externo no país. Contribuiu também para aumentar a fila dos desempregados.

A salvação viria coma a eleição de Lula em 2002, diria um empolgado brasileiro reformista-progressista, depois de três consecutivas derrotas nas eleições presidenciais. Melhorias na saúde, educação e transportes, aumento salarial e de vagas de emprego era o que se esperava no governo do novo mandatário petista. Porém, conforme DEMIER (2016):

Depois de se apossar do leme estatal federal com a conquista da Presidência da República, as bancadas petistas abandonaram o que ainda restava de sua tímida resistência ao neoliberalismo contrarreformista. Os três mandatos e meio combinaram a manutenção dos eixos centrais da política econômica levada a cabo por FHC (superávit primário, pagamento das dívidas interna e externa, juros altos, apoio ao agronegócio etc) com uma significativa redução do desemprego, um sensível aumento do salário mínimo, a ampliação do mercado consumidor e uma expressiva expansão das políticas sociais compensatórias (DEMIER, 2016, p. 62).

Dessa forma, a substituição de um projeto de pacto social de FHC por um de concertação social contribuiu para que o PT continuasse a blindagem democrático-liberal que vinha se estruturando desde os anos 1970. Para DEMIER (2016), “as demandas populares reformistas ficaram órfãs de representatividade, implantando-se finalmente a democracia blindada no Brasil”.

Assim, com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-democrata-nacional, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele. Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal (FILGUEIRAS, 2001, p. 186).

Implementação das políticas neoliberais no Brasil e a necessidade de seu enfrentamento

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de ajustes entre as diversas representações capitalistas internacionais, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 (Filgueiras, 2021, p. 181). A maior atuação MST e da CUT na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989 também, de certa forma, contribuíram para esse retardo neoliberal.

Conforme BIANCHI (2004), com o fracasso do Plano Cruzado e dos planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980, o projeto neoliberal foi se incorporando e se fortalecendo. Chegou a se constituir como um programa político.

Filgueiras (2001) assevera que:

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais (FILGUEIRAS, 2001, p. 183).

Importante destacar que o fortalecimento das políticas neoliberais no Brasil contribuiu para sua maior inserção internacional, mas aceleraram as disparidades internas entre as classes sociais. Mas, chama atenção a classe média brasileira. Este estrato social tornou-se aliado do projeto neoliberal, na medida em que rejeitavam qualquer coisa parecida com um Estado de Bem-Estar Social, do qual não se beneficiariam, pois ajudariam a financiá-lo com impostos, mas não fariam uso de seus serviços (BOITO, 2004).

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais mudaram o perfil e a composição das classes trabalhadoras no Brasil. Houve uma redução do peso relativo dos assalariados e dos trabalhadores industriais, tendo como contrapartida o crescimento da informalidade, com uma maior fragmentação da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2003). Em resumo, uma maior fragilidade e heterogeneidade da classe trabalhadora e, portanto, uma menor identidade entre os seus diversos segmentos, com redução de sua capacidade de negociação (FILGUEIRAS, 2001). Isto tudo se deu em razão da desestruturação do mercado de trabalho, acompanhada por um processo de desregulamentação das relações trabalhistas (KREIN, 2003), que levou ao crescimento do desemprego e ao aprofundamento da precarização do trabalho e das formas de contratação (cooperativas, terceirização etc). A classe trabalhadora ficava assim nas “mãos” dos interesses da classe patronal, contribuindo para um enfraquecimento do movimento sindical. Garantir

emprego passava a ser mais importante que salários ou melhores condições de trabalho.

Em geral, os defensores do neoliberalismo afirmam que as causas da crise do capitalismo estão no próprio movimento operário, com suas reivindicações por melhores condições de trabalho e salários, o que contribuiu para elevar a inflação e desencadear uma crise generalizada. Para conter esta crise, de acordo com os defensores do neoliberalismo, “[...] seria necessário manter um Estado forte capaz de refrear o movimento dos sindicatos e controlar o dinheiro por meio do enxugamento dos gastos sociais e intervenções econômicas” (ANDERSON, 1996, p. 10).

O neoliberalismo imprime uma percepção de que todas as pessoas podem competir nas mesmas condições de igualdade, segundo suas possibilidades. O que caracteriza o neoliberalismo é o alargamento da ação da lógica de mercado. Dessa maneira, a ideia de Estado mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, que não podem ser reduzidas ao aspecto econômico somente. A única forma de regulação econômica deve ser feita pelas forças do mercado, as mais racionais e eficientes possíveis.

Diante dessas constatações, como então enfrentar a blindagem imposta à democracia pelas políticas neoliberais? Isso é possível? Deve ser uma luta somente do próprio estado ou da sociedade civil?

As jornadas de junho de 2013: revolta popular contra a democracia blindada ou contra as políticas neoliberais?

De início é relevante conceituar jornadas de junho. Corresponderam a um conjunto de diversos atos, protestos e ocupações que ocorreu em várias cidades brasileiras ao longo de junho de 2013. Considera-se que o gatilho se deu com os atos contra o aumento da tarifa nos ônibus, puxados pelo Movimento Passe Livre em São Paulo. Do ponto de vista internacional os atos ganharam maior notoriedade porque diante das condições precárias em que o povo brasileiro vivia, o governo gastava vultosos montantes na construção de estádios de futebol que abrigariam a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo ano seguinte. Além disso, foi revoltante a forma e a brutalidade na ação policial durante as manifestações.

Nessas manifestações merecem ser destacadas as formas encontradas pelos manifestantes e a população que passou a apoiar o movimento Jornadas de Junho. O uso das redes sociais para a mobilização e organização das manifestações, a presença predominante de jovens nos protestos e a “união” lado a lado de pessoas pertencentes a diferentes classes sociais.

Agora que se atente para as jornadas não como um protesto específico contra a democracia blindada, pelo menos no seu principal objetivo. As críticas verificadas durante as manifestações não eram diretamente ao regime político que há décadas impunha uma democracia blindada, mas contra o regime político vigente, daquele momento (serviços públicos caros e/ou altamente precarizados, corrupção). A democracia liberal blindada não foi enxergada pelos manifestantes como a responsável por todos os problemas que os levaram às ruas.

Em junho de 2013, 44% da renda das famílias estava comprometida com dívidas, de acordo com dados do próprio Banco Central. O aumento do consumo nos anos anteriores foi bancado em parte pelo acesso fácil ao endividamento e a bolha havia estourado. Nos seis meses anteriores aos atos, o tomate e a farinha de trigo haviam dobrado de preço. O crescimento da economia brasileira já dava sinais de desaceleração. Assim, quem estava nas ruas não era apenas a classe média privilegiada, os subalternos também estavam ali.

A elite burguesa, depois de condenar as manifestações, juntamente com a grande mídia mudou de lado. Passaram a apoiar as manifestações, pelo menos sob os seguintes aspectos:

- ✓ Os atos eram cívicos – prisão dos mensaleiros, não aprovação da PEC – 37 (visava alterar o texto constitucional limitando o poder de investigação criminal exclusivamente às polícias federal e estaduais, excluindo o Ministério Público de exercer essa função).
- ✓ Propagação midiática da ideologia antipartido (todos os partidos e todos os políticos são iguais), fato que de certa forma abriu espaço para representantes da ultradireita;
- ✓ Fim às mobilizações – quando quis, a mídia propagou a ideia de que nas manifestações haviam baderneiros, “os infiltrados” (vândalos mascarados).

O governo da Presidente Dilma se deteriorava cada vez mais. O modo como reagiu às Jornadas de Junho ajudou a criar as raízes da onda conservadora que tomaria o país e que contribuiu para o golpe de 2016 e para a eleição do ultradireitista, Jair Messias Bolsonaro, em 2018. O desastre de seu governo, capitaneado pela agenda neoliberal, pelos ataques misóginos, ao meio ambiente, aversão aos povos originários, à Amazônia, o levaram à derrota em 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois das eleições de 2022, os ataques orquestrados pelo então presidente derrotado e seus aliados conservadores colocaram em xeque os pilares da democracia. Porém o Estado Democrático de Direito tem prevalecido e aos que atacam a democracia o peso da “mão do estado-juiz” tem sido firme. Voltaremos a essa temática no tópico seguinte.

Feito esse breve recorte, necessário, voltemos à discussão anterior. A partir da segunda metade do primeiro mandato Dilma, os índices econômicos começaram a cair (aumento do desemprego e da inflação, alto custo de vida, o caos nos serviços públicos e nos transportes). Para a sociedade brasileira, o PT abdicou de reformas sociais em prol de uma mobilidade social via mercado – cidadania pelo consumo), ou seja, o modelo petista de “inclusão social” baseou-se na “cidadania pelo consumo”.

O segundo governo Dilma encontrou muitas resistências. Aproveitando-se do caos político e econômico em que o Brasil mergulhara, a Nova Direita (extremista e anticomunista), passou a encabeçar as manifestações de 2015 (PSDB, MBL) vestidos com a camisa da seleção brasileira. Segundo Demier (2016), naquele momento acirrou-se o ódio de classe, cultivado pelos estratos superiores brasileiros.

A classe média passou a temer a “proletarização”, passando a direcionar sua insatisfação contra os de baixo (sindicatos, partidos de esquerda), responsabilizando-os pelo declínio social vivido no país. O ódio e a repulsa por pobres, negros, sindicalistas, homossexuais, transexuais, haitianos e povos indígenas levou a classe média às ruas mais uma vez. A ideia da democracia blindada é que a pressão popular, a pressão das ruas não encontre mais espaço nas instâncias representativas do regime.

No Brasil de hoje, segundo Demier (2016):

“O atual regime democrático blindado se mostra capaz de, por meio dos seus próprios procedimentos constitutivos, substituir peças políticas incômodas quando for necessário para o capital sem ter de alterar o próprio regime como antes era o padrão clássico dos golpes políticos. Por meio da democracia blindada, a classe dominante brasileira se vê dispensada da tarefa de um golpe de regime propriamente dito, de um golpe militar. É uma democracia tão blindada que se mostra capaz de caçar o sufrágio universal de 54,5 milhões de brasileiros sem ter que recorrer a um golpe de força” (DEMIER, 2016, p.).

O autor faz uma nítida referência ao golpe de 2016 que levou ao *impeachment* da presidente petista Dilma Rousseff. É o aperfeiçoamento da blindagem à democracia desde os anos 1980. Efetivar contrarreformas, retirar direitos, implantar ajustes fiscais têm sido sua função. Não por acaso, o script do governo sucessor golpista de Michel Temer contém todos esses ‘objetivos’(DEMIER, 2016).

Nas manifestações contra o impeachment, alguns cartazes destacavam que 61 votos no Senado anularam 54 milhões de votos populares. Alguns senadores afirmaram que não houve crime de responsabilidade, mas não havia governabilidade e a manutenção de Dilma no poder significaria um recrudescimento da crise econômica. O procedimento foi político, mas as razões apontadas foram econômicas e isso só aconteceu graças à democracia blindada.

O Governo Temer marcou uma retomada do neoliberalismo, rompendo assim com o compromisso social dos governos anteriores (Lula e Dilma). Entre outras medidas, a extinção da modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) acabou por retirar direitos das camadas mais pobres da população, que há anos lutavam pelo acesso à moradia e pela casa própria.

Nos dias atuais o neoliberalismo se faz presente de várias maneiras, influenciando políticas econômicas, sociais e institucionais. A proposta de redução dos gastos públicos, agora chamada de arcabouço fiscal pelo governo Lula 3, têm sido adotadas para reduzir o déficit fiscal e controlar a inflação, muitas vezes resultando em cortes nos investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura. O neoliberalismo também pode levar a uma maior participação do setor privado em áreas tradicionalmente ocupadas pelo Estado, como a gestão de serviços públicos e a parceria público-privada em projetos de infraestrutura.

Necessário se faz destacar que as políticas neoliberais têm gerado debates intensos no Brasil, com argumentos prós e contras. Os defensores argumentam que elas podem promover eficiência econômica e crescimento, enquanto críticos apontam para seus impactos nas desigualdades sociais e na

redução da capacidade do Estado de fornecer serviços públicos essenciais. O equilíbrio entre os princípios do neoliberalismo e a busca por um sistema mais inclusivo e equitativo continua sendo um tema central nos debates políticos e sociais do país.

Entre o fascismo e o golpismo, as ameaças à Democracia

A eleição da esquerda para comandar o país, a partir de 2023, não impediu os ataques à democracia brasileira. Ela continua sob ameaça. Logo no dia 8 de janeiro a Praça dos Três Poderes em Brasília, foi palco de um ataque violento e coordenado por apoiadores extremistas do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esses grupos invadiram e depredaram as sedes dos três principais poderes da República: o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto (sede do Executivo) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

O ataque foi motivado por insatisfação com os resultados das eleições presidenciais de 2022, nas quais Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente. Muitos dos envolvidos no ataque aderiram a teorias da conspiração sobre fraudes eleitorais, disseminadas amplamente por meio de redes sociais e plataformas de comunicação, apesar da ausência de evidências concretas.

Os ataques tiveram forte repercussão, sendo amplamente condenados por líderes globais, que expressaram solidariedade com a democracia brasileira. Vários envolvidos foram presos, e investigações intensivas foram iniciadas para identificar não apenas os responsáveis diretos, mas também os financiadores e organizadores do ataque, que desempenharam um papel crucial na tentativa de desestabilizar as instituições democráticas. Aos poucos, os envolvidos estão sendo condenados, com penas que buscam não apenas fazer justiça, mas também enviar uma mensagem clara sobre a intolerância a qualquer tentativa de subversão da ordem democrática.

O episódio do dia 8 de janeiro de 2023, marcou um momento de tensão extrema na política brasileira, evidenciando os muitos desafios à estabilidade democrática, sobretudo por conta do papel perigoso da desinformação e do extremismo político. O dia também é visto como um dos momentos mais graves contra as instituições democráticas no Brasil desde o fim da ditadura militar, refletindo a necessidade de proteger e fortalecer as instituições democráticas contra ameaças golpistas e fascistas.

Os anos de 2023 e 2024, foram marcados pelo combate ao extremismo e às *Fake News*, instrumento político utilizado como ferramenta de mobilização extremista no Brasil. Esse termo ganhou popularidade, mas é frequentemente usado de forma imprecisa, geralmente associado à deterioração gradual das democracias liberais no início do século XXI. Mas, conforme Hannah Arendt (1972) “a atividade política nunca teve a verdade como uma de suas virtudes”. Política e *Fake News* parece ser um terreno fértil para que todo tipo de discurso de ódio, teorias da conspiração e campanhas difamatórias ganhe maior expressão.

Assim, o governo brasileiro tem implementado novas regulamentações para as plataformas digitais, exigindo maior transparência nos algoritmos e a remoção rápida de conteúdos que incitam à violência ou espalhem desinformação. Também está em curso o esforço para rastrear e penalizar os

responsáveis pela disseminação de *fake news*, especialmente aquelas que ameaçam a estabilidade democrática.

A atuação forte das forças de segurança e do judiciário busca desmantelar as redes extremistas, tanto físicas quanto digitais. Vários líderes e financiadores de movimentos extremistas foram presos e processados, enviando um sinal claro de que o Estado está atuante e intolerante a qualquer ataque às instituições e à propagação da desinformação. Nesse sentido, o governo e organizações da sociedade civil lançaram campanhas educativas para promover a alfabetização midiática e o pensamento crítico entre os cidadãos. Organizações dedicadas à checagem de fatos expandiram suas operações, trabalhando em parceria com plataformas de mídia social para identificar e neutralizar rapidamente notícias falsas.

Pode-se então dizer que houve um aumento na conscientização e mobilização da sociedade civil contra o extremismo, com protestos pacíficos e iniciativas comunitárias para fortalecer a coesão social e promover o diálogo democrático.

Apesar das medidas adotadas, o combate ao extremismo e às *fake news* tem enfrentado muitos desafios. As redes de desinformação se adaptaram, utilizando plataformas menos regulamentadas e tecnologias emergentes para escapar da detecção, dificultando a erradicação completa dessas ameaças. Portanto, a luta contra a desinformação e o extremismo é contínua e exige vigilância constante e adaptabilidade.

Governar para o povo enquanto enfrenta as *Fake News* requer uma abordagem estratégica que combina governança transparente e inclusiva com ações firmes contra a desinformação. É preciso que haja uma comunicação direta com a população, para que de forma transparente o governo possa fornecer informações precisas, acessíveis e em tempo real sobre políticas públicas e suas ações.

Apoiar o jornalismo independente e iniciativas de checagem de fatos, podem desempenhar um papel crucial na verificação da informação e na manutenção de uma sociedade bem informada. E claro, criar e aplicar leis que penalizem a produção e disseminação de *fake news*, especialmente quando essas práticas colocam em risco a saúde pública, a segurança, a ordem democrática e econômica.

Por outro lado, as políticas governamentais devem fortalecer as redes de proteção social, garantindo acesso equitativo a serviços essenciais como saúde, educação e segurança, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão econômica e reduzem as desigualdades, criando um ambiente fortalecido no combate aos efeitos da desinformação e do extremismo.

Considerações Finais

Em um cenário global caracterizado por muitos desafios para a manutenção da democracia, discutir os propósitos da "democracia blindada" torna-se relevante. A interseção entre democracia blindada e neoliberalismo no Brasil revela um panorama muito complexo, à medida que na tentativa de promover eficiência econômica, geram inadvertidamente a fragilidade dos alicerces da democracia favorecendo a concentração de poder econômico e a retirada de direitos sociais conquistados. Neste contexto, a implementação de

medidas que fortaleçam as instituições democráticas se torna fundamentais. O fortalecimento da independência do sistema judiciário, a promoção da transparência e da responsabilidade governamental, a educação cívica e o combate à desinformação são estratégias cruciais para proteger a democracia da influência nociva do neoliberalismo.

Isto posto, vamos historicizar um pouco este modelo econômico. Como o próprio nome indica, o neoliberalismo surgiu no século XX como um esforço para renovar o liberalismo clássico. A origem do termo remonta a um encontro de pensadores liberais ocorrido em Paris, no ano de 1938. Seus promotores se opunham às políticas econômicas keynesianas (baseadas nas teorias do economista britânico John Maynard Keynes), que concedem ao Estado um papel fundamental para evitar crises ou recessões, ou seja, um Estado intervencionista.

As ideias neoliberais ganharam força particularmente a partir da década de 1970, quando a estagflação e outros problemas econômicos no Ocidente semearam dúvidas sobre as políticas keynesianas e muitos governos buscaram alternativas. Os governos conservadores de Margaret Thatcher, no Reino Unido (1979-1990), e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1981-1989), adotaram políticas defendidas pelos neoliberais, como a redução do Estado e o controle rígido da oferta de moeda para baixar a inflação.

Os críticos do neoliberalismo afirmam que colocar o mercado no centro das prioridades, desregular a economia e dismantelar os mecanismos do Estado que asseguram o bem-estar da população contribuiu para o aumento da distância entre os mais ricos e os mais pobres em vários países. Na realidade neste modelo econômico, todos os direitos estão sob ameaça.

Mas se há ataques, há também resistências. Estas devem ocorrer, a partir de abordagens diversas individuais e coletivas. Participação na vida política do país e mobilizações compreendem parte de um leque maior de ativismo contra os ataques neoliberais. Essas práticas podem se tornar em fundamentos da democracia na luta por justiça social e contra a blindagem imposta aos valores da democracia.

Por fim, a proliferação de *fake news* deve ser compreendida como um dos maiores desafios contemporâneos para as democracias, minando a confiança nas instituições e distorcendo o debate público. A desinformação, muitas vezes propagada de forma rápida e intencional através de plataformas digitais, tem o potencial de influenciar eleições, polarizar a sociedade e enfraquecer a coesão social. Nesse contexto, a luta contra as *fake news* exige uma resposta coordenada que envolva não apenas o governo, mas também o setor privado, a mídia e a sociedade civil.

As instituições democráticas têm intensificado seus esforços para combater a desinformação através de medidas como a regulamentação das plataformas digitais, o fortalecimento das leis contra a disseminação de notícias falsas, e a promoção de campanhas de conscientização pública. A colaboração internacional também tem se mostrado essencial, com a troca de melhores práticas e o desenvolvimento de estratégias conjuntas para enfrentar o fenômeno global das *fake news*. Contudo, para que essas iniciativas sejam eficazes, é crucial que sejam implementadas de maneira que protejam a liberdade de expressão, evitando censura e garantindo que o combate à desinformação não seja usado como pretexto para restringir direitos fundamentais.

Referências

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

ARENDT, H. (Barbosa, M.. Trad.). (1972). **Verdade e Política, Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1967).

BIANCHI, Alvaro. “O ministério dos industriais: **a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH-Unicamp.

BOITO, Armando. “**Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro**” em Congrès Marx International IV (Francia). 2004.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1ª ed. - Rio de Janeiro – Mauad X, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. “**Da substituição de importações ao Consenso de Washington**” em **Reflexões de economistas baianos** - Conselho Regional de Economia (Salvador). 2001.

KREIN, Jose Dari. “Balanço da Reforma Trabalhista no Governo FHC”. PRONI, Marcelo Weishaupt e Henrique, Vilmês (orgs.) **Trabalho, Mercado e Sociedade** (São Paulo: UNESP/Instituto de Economia UNICAMP). 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **O ornitorrinco** (São Paulo: Boitempo). 2003.